

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos*
Junior Cesar Mota**
Mônica Zewe Uriarte***

Resumo: Este estudo insere-se no contexto da dimensão estética e sensível da Educação Ambiental. As reflexões aqui presentes são desenvolvidas, objetivando apresentar subsídios para compreensão dos princípios da Educação Ambiental de e suas novas ontologias. Como objetivos específicos, busca-se reafirmar a EA como educação em si e não à parte dela. Busca-se, ainda, ressaltar a relevância da EA em todos os níveis, espaços e contextos sociais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ontologia. Ressignificação.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SPACE OF RESIGNIFICATION AND UNDERSTANDING OF BEING

Abstract: The present study reveals theoretical reflections that result from an ongoing research. This is part of the aesthetic and sensitive dimension of Environmental Education. The present reflections are revealed with the objective to present subsidies for understanding the principles of Environmental Education and their new ontologies. The specific objectives were to reaffirm EE as an education itself and not part of it. It was also sought to highlight the relevance of EE in all levels, spaces and social contexts.

Keywords: Environmental Education. Ontology. Reasignación.

INTRODUÇÃO

Diante da inegável crise civilizatória, na qual estamos submersos, marcada por conflitos nos mais diversos setores sociais, por vezes nos vemos confrontados por nossos próprios sentimentos, emoções e razão. Indagamo-nos, sobre possíveis saídas e, com frequência, nos frustramos, por tentativas fracassadas. Diante disso, somos convidados a repensar sobre o lugar de onde viemos e quem somos, para assim, tentarmos compreender ou converter o rumo para o qual estamos caminhando.

Para que essa reflexão filosófica e ética ocorra trazendo mudanças atitudinais, cooperando, assim, para ressignificação de valores, faz-se necessário que tenhamos um

* Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Educação- UNIVALI. Mestre em Educação – UNIVALI.

** Doutor em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Mestre em Educação -UNIVALI.

*** Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná.

so epistemológico firme. Nesse sentido a Educação Ambiental – EA, caracteriza-se como uma potente aliada, por ser entendida como uma dimensão da Educação, que resgata sua perspectiva política, em seu aspecto crítico, instigando a desconstrução de conceitos pré-concebidos e a ressignificação de valores e atitudes, em busca da construção de uma sociedade mais justa e sustentável. É por meio de uma nova racionalidade e do desenvolvimento do saber ambiental que se caracteriza como um saber integrador, que simbolicamente representa uma ponte entre o conhecimento formal e o não formal, trata-se, ainda, de um saber que, “emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual” (LEFF, 2001, p. 9), desenvolvido de maneira integradora, propiciando um pensamento complexo dos fenômenos sociais.

Para melhor compreendermos o motivo da ausência dessa necessária e complexa reflexão em nosso cotidiano, nos aclara Leff (2001, p. 30),

O saber ambiental ficou excluído num processo de extermínio dos saberes ‘não-científicos’ (saberes errantes, ciganos, nômades), [onde se incluem os saberes culturais populares] no campo de concentração das externalidades do sistema econômico, social e político, bem como o científico – tecnológico dominante.

Observa-se que o saber ambiental não se limita aos avanços científicos ou ao que, em outros tempos, denominava-se progresso da humanidade. Este saber contempla e busca ouvir as vozes também daqueles que vivem às margens, os excluídos, nesse sentido, sobre os impactos dos desequilíbrios atuais sobre estas vidas, Papa Francisco (2015) na Carta Encíclica *Laudato Si'*, assinala que,

[...] muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. Estes são a maioria do planeta, vários bilhões de pessoas. Hoje são mencionados nos debates políticos e econômicos internacionais, mas com frequência parece que seus problemas são colocados como apêndice, como uma questão que se acrescenta quase que por obrigação ou periféricamente, quando não são considerados meros danos colaterais. (p. 39).

Portanto, nota-se a necessidade da resistência da dimensão ambiental, por meio do saber ambiental, nos mais diversos níveis sociais, uma vez que, por meio desta, é possível reivindicar direitos essenciais a vida humana. Porém, considera-se que este

saber não se encontra isolado no centro, mas é um movimento que legitima sobretudo vozes dos excluídos.

Assim, na busca por ressignificar quem somos e nos reposicionarmos como seres coletivos, não negligenciando o clamor dos excluídos, faz-se necessário o resgate de valores e saberes negligenciados no percurso de nossa história.

O presente artigo insere-se no contexto da dimensão estética e sensível da Educação Ambiental e tem como objetivo geral: apresentar subsídios para compreensão dos princípios da Educação Ambiental e de suas novas ontologias. Como objetivos específicos buscou-se reafirmar a EA, como educação em si e não à parte dela. Buscou-se, ainda, ressaltar a relevância da EA, em todos os níveis, espaços e contextos sociais.

Na segunda seção, apresentam-se princípios da Educação Ambiental e reflexões que partem dela, sobre um outro modo de pesquisar, pensar e agir com relação a quem somos, individualmente, no que se refere as nossas singularidades e sobre nosso ser coletivo, de forma a respeitar as múltiplas existências. Partindo dessa reflexão inicial, apresentam-se argumentos que aclaram a necessidade da inserção da EA em todos os níveis e espaços como uma dimensão ética e política essencial.

NOVAS ONTOLOGIAS E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se a EA, em seu aspecto crítico, como uma dimensão política da Educação, que instiga a desconstruir conceitos pré-concebidos, na busca pela construção de uma sociedade mais justa e sustentável, não em um sentido apenas antropocêntrico, mas sim biocêntrico, ou seja, voltado à vida e ao bem comum.

Ao tratarmos sobre o bem comum, não podemos fechar os olhos para a crise civilizatória na qual nosso mundo está submerso. Nesse sentido, Ruscheinsky (2002, p. 61) disserta que, “se encontra em andamento uma crise do paradigma ecológico sustentado pela sociedade capitalista, em cuja racionalidade cabe ao ser humano o domínio da natureza”. A falsa noção de domínio e poder conduziu-nos ao enfrentamento de um desequilíbrio sem precedentes em todos os setores, nos quais a ética democrática, muitas vezes é posta de lado.

Acordamos que, apenas constatar, não basta. Faz-se necessário que atuemos

como cidadãos e cidadãs, comprometidos na busca por mudanças e no enfrentamento da situação atual. Uma vez que, entendemos que esta crise não se restringe apenas ao setor político, econômico ou outros específicos, pois trata-se de uma crise ainda mais profunda, visto que relaciona-se, também, a uma crise que emana do esvaziamento de valores essenciais à existência coletiva como, respeito, empatia, alteridade e ética.

Na incessante busca por bases que norteiem novos rumos frente aos desafios contemporâneos, manifesta-se a EA, destacando-se por sua complexidade, que nos permite repensar nosso ser e estar na terra, para além de saberes pré-concebidos, a EA difunde o saber ambiental que, refere-se a um saber que,

[...] prova a realidade com saberes sábios que são saboreados, no sentido da locução italiana *assaggiare*, que põe à prova a realidade degustando-a, pois se prova para saber o que se pensa, e, se a prova da vida comprova o que se pensa, aquele que prova se torna sábio. Dessa forma, restaura-se a relação entre a vida e o conhecimento. (LEFF, 2009, p. 18).

Assim, somos convidados a reconstituição de nossas identidades, por meio de uma racionalidade complexa. Esta reconstituição “se afasta do idêntico para forjar o inédito.” (LEFF, 2003, p. 34). Assim, somos convidados a retornar à essência de quem somos, e não ao que nos tornamos como entes produzidos social, histórico e culturalmente mediante a adoção de um idealismo ditado.

No que se refere à necessidade da retomada de quem somos, não objetivamos utopicamente a ideia de uma libertação total de princípios morais, antes almejamos uma liberdade estética, compreendida com base em Schiller (2015, p. 14-15), como uma “liberdade *sui generis* [...] o homem não desfruta de uma liberdade moral *stricto sensu*, mas de uma liberdade em meio ao mundo sensível”, isto é, ser único em sua espécie. Ainda segundo Schiller (2015, p. 15), aquele que desfruta desta liberdade não se contenta apenas em ser livre, busca ainda libertar tudo a sua volta.

Autores como Pereira (2016), defendem que a Educação ambiental é um espaço de denúncias e de novos anúncios, assim, faz-se necessário desenvolver um senso crítico, por tratar-se de um campo em que os desafios abordados referem-se não apenas na religação do homem à natureza, embora seja este também um grande e relevante

desafio. Porém, a EA inclui, ainda, as inter-relações entre todas as formas de vida, humana e não humana, respeitando as múltiplas diferenças, fundamentando-se em princípios ontológicos e epistemológicos, que podem nortear práticas capazes de reestabelecer novas condições de vivências sociais. Nesse sentido, a EA busca promover ambientes e momentos de permanente reflexão para todos, inclusive para aqueles que foram excluídos em outros processos sociais.

Nessa perspectiva, o ambiente destaca-se por sua multiplicidade de sentidos e saberes, corroboramos com Leff “o ambiente aparece assim como um campo heterogêneo e conflituoso no qual se confrontam saberes e interesses diferenciados e se abrem as perspectivas do desenvolvimento sustentável na diversidade cultural”. (2003, p. 51). Este desenvolvimento sustentável mencionado não se refere àqueles veiculados pelas propagandas verdes, presentes nos discursos contemporâneos, que são facilmente aceitas dentro de princípios capitalista, uma vez que, buscam o sustento próprio da economia por produção de discursos e *greenwashing*¹. Além disso, induzem o comportamento cada vez mais consumista, para atenderem às diversas sustentabilidades das empresas.

No que se refere ao discurso, ressalta-se o pensamento de Foucault, o qual defende a ideia do discurso, enquanto poder e, conseqüentemente, como forma de controle social. Para isso, segundo o autor, adotam-se critérios de inclusão e exclusão, visando o fim que se quer atingir ou induzir. Foucault declara que, nos discursos, “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar de tudo em qualquer circunstância”. (2007, p. 9). Na vida em sociedade, corriqueiramente agimos e pensamos, sem percebermos que estamos sendo controlados por discursos que estabelecem paradigmas.

Nessa perspectiva, Guimarães (2011), denomina esse processo como armadilhas paradigmáticas, apontando que, para rompê-las, faz-se necessária uma constante ação reflexiva da realidade, que propicie o surgimento de um pensamento complexo, como podemos ver, “os paradigmas da sociedade moderna, chamados por Morin de paradigmas da disjunção por simplificar e reduzir a compreensão da realidade limitam o entendimento do meio ambiente em sua complexidade”. (GUIMARÃES, 2011, p. 22).

¹ O termo *greenwashing*, refere-se às práticas de apropriação por parte de redes de marketing e relações públicas, de temas relacionados à defesa do meio ambiente, como estratégia de promoção de imagem.

Portanto, entendemos que, para superarmos o *status quo*, no qual nossos entendimentos são cerceados, faz-se necessária constante reflexão sobre discursos que, conseqüentemente, conduzem nossas ações.

Portanto, ao referimo-nos a um saber ou uma educação que visa a sustentabilidade, não compactuamos com os discursos que buscam apenas a sustentabilidade da economia, mas sim a uma sustentabilidade da vida. Nesse sentido, com frequência, surge a pergunta sobre a que tipo de educação se refere à EA ou em que contexto ou nível social ela precisa ser trabalhada. A resposta não se ancora nos discursos fragmentados que a apontam como sendo responsabilidade, apenas, de ambientalistas, professores de Ciências ou Biologia, ou na discussão de que é mais uma educação ou um novo conteúdo para os currículos, como afirma Sauvè, “a Educação Ambiental é a educação em si” (2005, p. 317), ou ainda Layrargues (2006, p. 85), “A educação ambiental, antes de tudo, é Educação, esse é um pressuposto inquestionável”. Trata-se de uma dimensão significativa, posto que ela oferece possibilidades para que o ser possa repensar suas ações, reposicionar suas lentes e seu lugar no planeta, portanto, precisa estar inserida em todos os níveis de ensino, espaços e contextos sociais.

Para que a ressignificação do presente ocorra, é necessário olharmos para o percurso de nossa história como humanidade, como sociedade. Leff (2011) apresenta contribuições do filósofo Martin Heidgger, que defende a ideia do *ser transcendental*, um ser aparentemente dessubjetivado de seu próprio ser, com uma base cartesiana que, ao longo da história, vem dissociando os sentimentos da razão, as ciências sociais das ciências naturais, a cultura da natureza e, assim por diante. Caracteriza-se, assim, uma compreensão tecnicista, que converte e reduz a natureza à exploração dos bens e serviços ecossistêmicos, como ocorre no modelo capitalista de extração, produção, consumo e exclusão.

É necessário desconstruir a mencionada visão dualista de mundo, para que haja condições para construção de uma nova concepção, baseada em princípios *ecoéticos*². Assim, reafirmamos que a Educação Ambiental não é, apenas, uma educação voltada à

² Termo utilizado por Fritjof Capra (1996, p. 28) referindo-se a uma visão de mundo que reconhece o valor inerente à vida humana e não humana, e reconhece que todos os seres vivos são membros de uma comunidade numa rede de interdependência.

conservação da natureza e ao ensino da convivência nos territórios deste planeta, mas também, se preocupa com a alteridade, ao aprender a aprender e conviver melhor consigo e com o outro. Destaca-se a importância do diálogo de saberes, da partilha, do aprender a conviver e respeitar as velhas e as novas sabedorias e as diferenças, por meio de uma busca permanente para conhecer o outro, não com a esperança de torná-lo aquilo que julgamos ideal, mas respeitá-lo por quem ele é.

Assim, diante dos conflitos contemporâneos, é inadiável reconhecer ~~que~~ a necessidade de ressignificação de valores. Compreende-se que o esvaziamento de valores essenciais, também pode ser creditado à maneira pela qual nossa civilização ocidental foi construída, cujos pressupostos colocavam o ser humano como uma criatura predestinada a dominar a natureza, sociedade na qual o ser humano, em uma corrida pela evolução e desenvolvimento, foi subjetivado à percepção de ser em permanente competição.

Buscando desconstruir a concepção de seres em competição e cooperar com a transformação social, faz necessário, também, pensarmos sobre a condição história de reprodução social. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de repensarmos, também, teorias e práticas em EA, uma vez que, como uma dimensão da Educação, estima ser um vetor de transformações. Embora possamos encontrar diversos estudos em EA que abordem questões relacionadas às crises ambientais, ainda apresenta-se tímida a literatura para embasar mudanças sociais, conforme aponta Layrargues (2006),

[...] a questão crucial que precisa ser debatida, é se, além da eficácia de sua cota de participação na tarefa da reversão da crise ambiental, a educação ambiental também é um vetor de mudança social. E caso positivo, qual sentido aponta, quer dizer, se essa prática pedagógica age a serviço da reprodução ou das condições sociais. Em outras palavras: se reproduzem os valores, os princípios, os fundamentos e em especial, as relações sociais capitalistas; ou ao contrário, se os transformam (LAYRARGUES, 2006, p. 85).

Diante disso, assinala-se a necessidade de construção de novos caminhos, para desconstrução da racionalidade, dominante, rompendo o individualismo e criando um mundo onde se aprenda a viver, verdadeiramente, sabendo conviver com o que se sabe e conhece e, também, com o que não se sabe e não se conhece, sendo estas

aprendizagens necessárias para resistência a imposições ou reproduções de desigualdades sociais, frente a um mundo que, embora tão plural, busca a cada dia, uma padronização e homogeneidade. É possível potencializar a vindicação pela autonomia e direito à diferença, por meio do saber ambiental, Leff (2009) disserta que este saber é solidário a diversidade, frente a uma ordem ou unidade dominadores, busca o direito à autonomia, mediando possibilidades ao sujeito de projetar seu futuro “recupera o saber e a fala a fim de atribuir-se um lugar no mundo e dizer uma palavra nova, desde suas autonomias e diferenças, no discurso e nas estratégias da sustentabilidade”. (2009, p. 19-20).

Neste contexto, por meio de uma nova racionalidade, abre-se espaço para emergência do novo e/ou o reprimido. Trata-se de uma política da diferença, não no sentido da garantia de privilégios a alguns, em detrimento de outros, mas, sim, do direito a ser diferente e da abertura de diálogo entre identidades coletivas múltiplas. Refere-se à relação ética entre o conhecimento, a construção e a legitimação de saberes e seres diferenciados.

Este modelo de compreensão e constituição de identidades, caracteriza-se como um movimento de resistência frente ao padrão atual de distanciamento, entre as relações e a aparente estima de dessubjetivação humana de seu ser. Este movimento de resistência configura-se desafiador, tendo em vista que, a manutenção do padrão atual é de interesse maior do capitalismo, posto que se torna mais viável dominar um coletivo padronizado. Isso porque, facilmente produzem-se necessidades de consumo, induzindo ao consumismo, neste contexto, não há espaço para os ditos “diferentes”.

Uma vez sendo definidos critérios de inclusão, ditados pelo padrão do ideal, as escolhas que não se enquadram são facilmente condenadas e tidas como “incorretas” passíveis, então, de exclusão, de modo que a lógica capitalista busca o lucro acima de tudo, cooperando, assim, para coisificação humana.

É oportuno ressaltar que a Educação Ambiental não é uma educação contra o que se chamava, em outros tempos, de progresso da humanidade e, hoje, de desenvolvimento. A crítica de diferentes autores, como Jacobi ao declarar que “prevalece ainda a ideologia do progresso, que rejeita ou minimiza as questões ambientais, seja no discurso ou na prática” (2005, p. 239) ou ainda Lima (2004) ao

debater sobre o desenvolvimento pautado na “perda de sentido da vida, alienação do homem, desigualdades econômicas e sociais, consumismo, monocultura da vida urbana e redução da diversidade cultural”. (p. 96). Referem-se ao modo de progressão, sem limites, ao crescimento desenfreado, que vem destruindo, não apenas a natureza, mas também as relações entre ela e os humanos e humanos entre si.

A configuração antropocêntrica e utilitarista da ideia de “Homem” como ser supremo, nos conduziu a um momento de necessárias e inadiáveis mudanças, por conta da crise civilizatória que esse mesmo *Homo sapiens provocou*. Desse modo, na busca por respostas, as inquietações que nos tomam, no que se refere a este modelo, chamado hoje de Antropoceno, busca-se na Educação Ambiental o solo epistemológico, como base por seu princípio fundamental de educação crítica e transformadora, comprometida com a reflexão e ação sobre as problemáticas socioambientais. Mais uma vez, ressaltamos que estacarmos a potência da EA, não o fazemos por via ingênua ou utópica, tampouco creditamos a ela ser a salvação para a crise civilizatória, mas sim, buscamos bases que capacitem a humanidade para este enfrentamento, como se entende na proposição de Tristão (2011, p. 8),

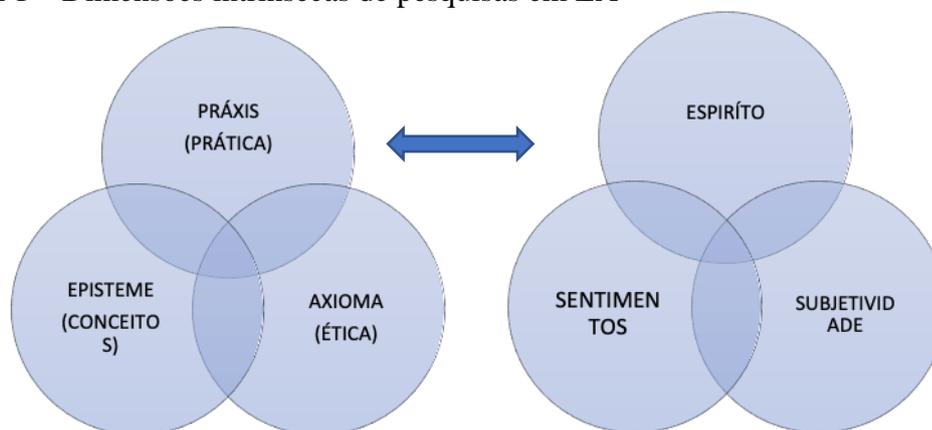
Não propomos que a Educação Ambiental venha se tornar a tábua salvadora para a educação, bem como dos problemas existentes no mundo. Muito menos estamos indicando receitas prontas ou dizendo o que deve ou não ser feito.

Assim, compreendemos que não há um berço de verdades, assim como não há uma teoria única, que possa garantir transformações a esse quadro de crises.

No que se refere à desestabilidade nos solos epistemológicos também na EA, Pereira (2016) denomina este deslocamento como uma *crise de fundamentos*, amparado em Habermas (1990, p. 43), escorre que “uma consciência histórica não admite mais aquelas dimensões de finitude tão bem desenvolvidas e apontadas pelo idealismo”. (PEREIRA, 2016, p. 80). Este fato pressupõe novos olhares que se originaram ~~originando~~ se dos anseios e necessidades coletivos “retornando ao que busca a EA: um exercício constante para auxiliar a sociedade a repensar e livrar-se de suas *verdades* e certezas, de modo a sinalizar novas óticas, por meio de um pensamento ético e livre”. (SANTOS; SILVEIRA, 2018, 167).

Pereira (2016, p. 38), elucida que este deslocamento, presente na EA, denota um salto que a difere de ciências enrijecidas, pois a perspectiva ontológica da EA é acolhedora e integradora. Partindo na ampliação de horizontes, esta perspectiva de posicionamento, também em pesquisas neste campo, passa a abordar relações intrínsecas, conforme apontadas por Sato in Pereira (2016), *práxis, episteme e axioma* ainda abordando dimensões heterogêneas: espírito, sentimentos e subjetividade, conforme observa-se na Figura a seguir:

FIGURA 1 – Dimensões intrínsecas de pesquisas em EA



FONTE: SANTOS, B. (2017). Elaborada com base nos conceitos de Sato in Pereira (2016, p.11-12).

Observa-se o surgimento de uma movimento em pesquisas, em EA, no qual não há espaços para o dualismo. As dimensões humanas aparecem interligadas, apontando um deslocamento que, ao tempo em que exige o educador ambiental ou pesquisador, rigor científico, não tangencia as dimensões sensíveis. Sato in Pereira (2016, p.11-12) disserta que este é um reconhecimento na arena conflituosa da civilização, que ressalta a impossibilidade da neutralidade científica, rompendo, assim “o distanciamento entre sujeito e o objeto à compreensão e à interpretação dos fenômenos do mundo” (p.12).

Percebe-se que a EA assume um compromisso socioambiental, que instiga novas possibilidades de ser e existir. Portanto, é essencial sua inserção também em todos os níveis de Educação, seja em âmbito formal ou não formal, visto que a EA é um constante exercício de reflexão e reposicionamento, no que se refere à emencionada

inserção a Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (BRASIL, CNE-MEC, 2012), visando a transição de espaços educadores para espaços educadores sustentáveis. Ainda podemos perceber como um desafio, contudo, essencial, se de fato, almejamos uma sociedade mais justa e sustentável.

CONSIDERAÇÕES

Quando, finalmente, tomarmos consciência de que somos fios interligados nesta que Capra (1996), denomina teia da vida, seremos, então, capazes de compreender que não existe, entre nós, alguém que seja autossuficiente, uma vez que cada ação ou não ação infere direta ou indiretamente na vida em comunidade. Seremos capazes de construir uma sociedade mais equilibrada, na qual haja espaço para uma educação mais sensível. Certamente que não há como negar que o contexto contemporâneo, marcado por retrocessos e pela instabilidade que se alastra por setores essenciais, por vezes nos conduzem ao desânimo e produzem, em nós, um ceticismo quanto a possibilidades de mudanças, contudo, ressaltamos o ensinamento deixado por Paulo Freire,

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar, e esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperança é se levantar, esperança é ir atrás. Esperança é construir, esperança é não desistir! Esperança é levar adiante, esperança é juntar-se com outros para fazer de outro modo [...]. (FREIRE, 2014, p.10-11).

Desse modo, concluímos o presente estudo, reafirmando a potência da EA, partindo do verbo esperar, para que possamos ressignificar, compreendendo-nos como seres *sui generis*, mas ainda coletivos, para que juntos possamos fazer de outro modo.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm . Acesso em: 23 abr. 2016.

BRASIL. **PROGRAMA NACIONAL ESCOLAS SUSTENTÁVEIS**. Versão preliminar 02.06.2014. Brasília, DF: MEC: Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2014.

CAPRA, Frijof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LOUREIRO, C; LAYRARGUES, P; CASTRO, R; *et al.* **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

HABERMAS, Jurgen. The theory of communicative action. v. 1. **Reason and the rationalization of society**. Boston, Beacon Press, 1990.

IGREJA CATÓLICA. **Carta Encíclica Laudato Si**: sobre o cuidado da casa comum. Papa Francisco. São Paulo: Paulinas, 2015.

LEFF, Henrique. Complexidade. Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. v. 34, n. 3, p. 17-24, set/dez. 2009. **Revista Eletrônica, Educação & Realidade, UFRGS**. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515/6720> . Acesso em: 10 abril. 2018.

LEFF, Henrique. Complexidade. **A Complexidade Ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Henrique. Complexidade. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

PEREIRA, Vilmar. **Hermenêutica e Educação Ambiental no contexto do pensamento pós-metafísico**. 1. ed. Juiz de Fora, MG: Garcia Edizioni, 2016.

RODRIGUES, F. F. R; TRISTÃO, M. Escola sustentável e educação ambiental: os saberes de uma comunidade na formação da cultura da sustentabilidade. *In*: **VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil. Ribeirão Preto, EPEA, 2011.

RUSCHEINSKY, Aluísio. **As Rimas da Ecopedagogia: uma Perspectiva Ambientalista**. *In*: RUSCHEINSKY, A. (Org.) Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 61-71.

SANTOS, B. Educação ambiental: espaço de ressignificação. *In*: SILVEIRA, E. **Os efeitos do autoritarismo**: práticas, silenciamentos e resistência (im) possíveis. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. p. 155-173.

SANTOS, B. **Concepções de acadêmicos sobre a educação ambiental, ambientalização e sustentabilidade em uma instituição de educação superior**. Dissertação de mestrado. Santa Catarina: Univali, 2017.

SAUVÉ, Lucie. **Educação Ambiental**: possibilidades e limitações. v. 31, n. 2. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2005, p. 317-322.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**: numa série de cartas. São Paulo: Iluminuras, 2015.

TREVISOL, J. V. A crise ecológica e a sociedade de risco global. *In: A educação ambiental em uma sociedade de risco*. Joaçaba: UNOESC, 2003. p. 63-89.

Submissão em: 20-06-2019

Aceito em: 05-07-2020